

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 1644/02/2002	45 FL. Nº
Divisão: FENOR	
Mat. _____	Visto _____

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente

**Processo nº1644/2002/002/2002**

**Referência:** Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração grave, porte grande.

**Interessado:** FAJÚ COM. IMP. E EXP. LTDA.

## **PARECER JURÍDICO**

### **Relatório:**

A sociedade empresária em referência foi autuada por cometer uma infração tipificada no artigo 19, §2º, item 1 do Decreto nº 39.424/98, por *"dar início a instalação da unidade fabril, conforme verificado na vistoria do dia 8-10-2002, fonte efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Instalação"*, sendo aplicada a penalidade de advertência antes da multa no valor de R\$11.706,16.

Inconformada a sociedade interpôs Recurso dirigido à Câmara Normativa Recursal do COPAM, tempestivamente, onde em síntese alega:

-ocorreu a prescrição intercorrente no presente processo, nos termos da Lei 9.873/99;

-laudo de vistoria foi assinado por pessoa totalmente desconhecida da recorrente e não integra seu quadro societário;

-a recorrente não instalou, ou construiu, ou testou ou ampliou qualquer fonte de poluição;

-tomou as medidas necessárias ao devido licenciamento ambiental, como não instalou qualquer atividade no local encerrando a construção apenas iniciada;

-pede a formulação de Termo de Compromisso e a exigibilidade da multa e sua redução em 50%;

-requer a procedência do recurso; o reconhecimento da prescrição; a nulidade do auto; a suspensão da multa por TC e sua redução.

**Do ponto de vista jurídico,** a recorrente não apresentou nenhuma argumentação capaz de descaracterizar a infração descrita no auto de infração.

Pretende o recorrente retornar a decisão do julgamento do processo alegando prescrição e nulidade do auto de infração, quando esta discussão deveria ter ocorrido na análise da defesa, não apresentada pelo recorrente.

O fato é que não existe a necessidade de recebimento do auto de fiscalização e ou de infração, pelos sócios ou seu representante legal, bastando a entrega no local da infração ou para seu representante legal ou preposto, fazendo prova a entrega com assinatura de recebimento ou correspondência com "AR", pela simples leitura do Parágrafo Único do artigo 24 do Decreto nº 39.424/98.

*"Art 24. Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto em 3 (três) vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação do processo administrativo, devendo aquele instrumento conter.*

*Parágrafo único - O autuado tomará ciência do auto de infração pessoalmente, por seu representante legal ou preposto, ou por carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR)."*

Com relação a alegação de prescrição intercorrente, cabe lembrar que não ocorre a prescrição apontada no processo administrativo do Estado de Minas Gerais, na forma do disposto na Lei Federal nº9.873/99, não podendo incidir, conforme entendimento já manifestado pela Advocacia Geral do Estado, por meio de diversos pareceres e Notas Jurídicas.

Da análise dos prazos e do procedimento, podemos afirmar que não ocorreu a prescrição, uma vez que não existe decisão definitiva do processo, nos termos dos Pareceres da Advocacia Geral do Estado de nº 15.047 de, 24 de setembro de 2010 e nº 15.076 de, 06 de abril de 2011.

Conforme já discutido por diversas vezes e de acordo com os pareceres da Advocacia Geral do Estado em especial o de nº 15.076 de 6/04/ 2011, podemos apontar para melhor elucidação da questão, uma das conclusões do citado parecer: *"Reafirma-se a conclusão n.4 do parecer AGE nº 15.047/2010, no sentido de que, somente após proferida a decisão definitiva no procedimento administrativo cientificado o infrator e não efetuado o pagamento da multa no prazo legal, começa a fluir o prazo prescricional de cinco anos para o estado promover a sua cobrança judicialmente. Ou seja, a partir da data em que deveria ter sido feito o pagamento e não o foi".*

Argumenta o recorrente a suspensão da exigibilidade da multa, por meio de Termo de Compromisso, sem apresentação de proposta requerendo redução de multa, além de informar o encerramento da construção anteriormente iniciada.

Cabe mencionar, por necessário, que o recorrente foi autuado por falta de Licença de Instalação, sem previsão legal para assinatura de Termo de Compromisso,

SECRETARIA  
46  
PÁGINA

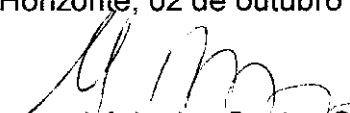
para esta autuação. (artigo 21, §5º do Decreto 39 424/98 e atual artigo 46, §2º do Decreto nº 44.844/08)

**Conclusão:**

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja **indeferido o recurso** apresentado com a conseqüente manutenção da multa aplicada atualizada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 02 de outubro de 2013.

  
Carmen Lúcia dos Santos Silveira  
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9

